

# A CATALOGAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: Recurso, Descrição e Acesso (RDA)

*GT 4 – O campo prático dos profissionais da informação*

Erik André de Nazaré Pires<sup>1</sup>

## RESUMO

Trata acerca do novo padrão de catalogação existente no campo da Biblioteconomia na atualidade, denominado Recurso, Descrição e Acesso (RDA), fazendo um percurso histórico da catalogação até chegar nesse recente molde de tratamento técnico da informação. Na sua amplitude o trabalho tem por objetivo geral, mostrar a importância da catalogação na atualidade que compete a esse novo modelo como processo indispensável para esta organização informacional; e como objetivos específicos têm-se: conceituar o RDA no contexto atual, abrigando informação e tecnologia, e ilustrar seus componentes indispensáveis para o tratamento da informação, seja em meio impresso ou eletrônico. O procedimento metodológico tem por característica a realização de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de fundamentar os aspectos teóricos para realização do corpo textual do referido trabalho acadêmico. Finaliza, com uma reflexão acerca dos estudos que visem ampliar o *corpus* teórico desse segmento da área biblioteconômica, contribuindo para uma formação discente e profissional consistente e eficiente.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Catalogação. Informação. Contemporaneidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o poder da informação age como catalisador de uma maior abrangência de conhecimento. Os profissionais da informação, particularmente os bibliotecários, de diferentes épocas e contextos, perceberam a necessidade de se organizar as informações, armazenadas, tanto em suportes tradicionais, como digitais, e o primeiro passo é a realização de um tratamento técnico eficaz, com vistas a disponibilizá-las.

Bibliotecários modernos precisam propor melhores serviços e produtos informacionais abarcando excelência em qualidade, para atrair mais usuários, tanto na unidade física, quanto na unidade digital, nos quais a unidade de informação faz parte.

O presente trabalho tem como objetivo geral, mostrar a importância da catalogação na atualidade que compete a esse novo modelo como processo indispensável para esta organização informacional. E como objetivos específicos têm-se: conceituar o RDA no

---

<sup>1</sup> Discente de Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. Estagiário da Biblioteca da Procuradoria da República no Estado do Pará. eriknazare@hotmail.com.

contexto atual, abrigando informação e tecnologia, e ilustrar seus componentes indispensáveis para o tratamento da informação, seja em meio impresso ou eletrônico.

O procedimento metodológico tem por característica a realização de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Ander-Egg (1978, p. 33, tradução nossa) “é aquela que procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos [...]. É a pesquisa formal, tendo em vista generalizações, princípios, leis. Tem por meta o conhecimento pelo conhecimento”, seguindo nessa perspectiva de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”

Também configura-se como pesquisa exploratória, pois tem como objetivo primordial “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm por objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições” (GIL, 2009, p. 41).

Apresenta como base os pensamentos de autores como: Oliver (2011); Mey (1995; 1987); Mey e Silveira (2009); Moreno (2006; 2009) e Silveira (2007), sem dispensar a contribuição de outros pensadores sobre a temática estudada.

O trabalho trata da catalogação no seu trajeto histórico, trazendo o catálogo e a catalogação com suas definições e características. Por fim traz o RDA com suas subdivisões capitulares, o conhecimento acerca dos Requisitos Funcionais de Registros Bibliográficos (FRBR) e Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade (FRAD), os quais compõem esse novo tipo de catalogação a ser adotado em substituição da *Anglo-American Cataloguing Rules, 2. nd edition* (AACR2).

## **2 A CATALOGAÇÃO**

A história da Biblioteconomia traz relevância para a sociedade, vista que é fundamental para a evolução do ser humano enquanto provedor e disseminador de informação. O bibliotecário tem importante grau de participação nesse contexto histórico, pois, o mesmo tem a função de organizar todo esse arcabouço de conhecimento produzido desde os tempos remotos.

A catalogação na qual segundo Mey (1995, p. 5) é o “estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão

em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários”, atua na descrição, como subsídio para a organização informacional.

Configura-se como importante aspecto tecnicista para o contexto histórico biblioteconômico, porque, a mesma faz parte essencial trabalho do bibliotecário, sendo assim esse profissional abrange uma de suas missões para com a sociedade no que diz respeito o tratamento adequado da informação para sua recuperação ser feita de maneira concisa e proficiente.

O início da catalogação faz-se dos períodos mais remotos da humanidade. O que se sabe é que uma das mais antigas listas de livros do qual se tem conhecimento data de 2000 a.C, encontrada em tablete de argila, com aproximadamente 62 títulos, mas não é de conhecimento qual a finalidade ou se realmente foi usado como catálogo.

Na idade média surgiram os monges copistas, que tinham a função de copiar literalmente manuscritos e os mesmos também se tornaram os catalogadores desses livros, os primeiros da história a exercerem essa função.

Nos séculos XV e XVIII houve grandes mudanças na trajetória da catalogação em virtude do surgimento, pela primeira vez, das remissivas<sup>2</sup>, embora feita de forma arcaica, compilado por Amplonius Ratnik de Berka, entre 1910 e 1412, mas que sem dúvida contribuiu de forma decisiva para a história da catalogação na biblioteconomia (MEY, 1995).

Já o século XIV foi marcada por acontecimentos de alta relevância para o aprimoramento da catalogação e conseqüentemente causar uma influência positiva na prática da mesma. Melvil Dewey<sup>3</sup> estabeleceu suas regras simplificadas de catalogação, a qual trouxe bastante contribuição na profissão até os dias atuais. Outro contribuinte para o desenvolvimento da catalogação foi Charles Ami Cutter<sup>4</sup>, considerado por Ranganathan como gênio da Biblioteconomia por ter contribuído de forma decisiva e proficiente para os rumos da catalogação (MEY, 1995).

Na virada do século, a proliferação dos códigos de catalogação já era vista em vários países da Europa como Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Suíça, Vaticano e países escandinavos, o que tornava um avanço para a catalogação ser

---

<sup>2</sup>Relação de equivalência que orienta o usuário indicando o termo preferencial, remetendo do termo específico para o termo mais genérico, indicando preferência ortográfica ou explicando uma sigla.

<sup>3</sup>Bibliotecário norte-americano e criador da Classificação Decimal de Dewey (CDD) em 1876.

<sup>4</sup>Criador da Regras para catálogo dicionário e da tabela de códigos que indicam a autoria de uma obra literária, mais conhecida como Tabela de Cutter.

definitivamente posta em evidência, para que os profissionais da informação ganhassem mais espaço no mercado de trabalho (MEY, 1995).

Um marco importante do trajeto da catalogação e da biblioteconomia é a fundação da *American Library Association* (ALA) que traz no seu histórico:

Fundada em 06 de outubro de 1876 durante a Exposição do Centenário, na Filadélfia, a *American Library Association* foi criada para proporcionar uma liderança para o desenvolvimento, promoção e melhoria da biblioteca e serviços de informação e da profissão de bibliotecário, a fim de melhorar a aprendizagem e garantir o acesso à informação para todos. No plano estratégico atual, ALA para 2015, exige um trabalho contínuo nas áreas de Advocacia para Bibliotecas e Profissão, Diversidade, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, acesso equitativo à informação e Biblioteca Serviços, liberdade intelectual, de alfabetização, excelência organizacional e Bibliotecas Transformação (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, [200-], não paginado, tradução nossa).

Outra importante instituição a *Library of Congress*<sup>5</sup> (LC) dos Estados Unidos vem mudar as expectativas dos códigos da catalogação, pois, a mesma definiu o padrão de tamanho das fichas, sendo 12,5x7,5 cm. A LC começou a vender as fichas catalográficas, o que implicava da não fabricação de fichas por parte de outras bibliotecas, já que também indicava os cabeçalhos a serem utilizados. Isso ocasionou em uma padronização de fichas, pois, as respectivas fichas vendidas e, conseqüentemente utilizadas por outras bibliotecas, eram idênticas as da LC.

Essa instituição traz no seu escopo histórico:

Foi criado por um ato do Congresso em 1800, quando o presidente John Adams assinou uma lei que prevê a transferência da sede do governo da Filadélfia para a nova capital, Washington. Fundada com \$ 5.000 apropriada pela legislação, a biblioteca original foi abrigado no novo Capitólio até agosto de 1814, quando tropas invasoras britânicas atearam fogo ao edifício do Capitólio, queimando e saqueando o conteúdo da pequena biblioteca (LIBRARY OF CONGRESS, [200-], não paginado).

No tocante dos aspectos da catalogação, é de sumo valor esse processo tecnicista da informação ser executado com proficiência, com o objetivo de proporcionar uma recuperação satisfatória da informação. E o cadastro das informações, para que as obras tornem-se únicas, tal ação permite a Instituição saber o que possui no seu acervo. Essa é a função primária da catalogação.

E sua história vem ressaltando como a mesma foi evoluindo, na sua forma de ser realizada, o AACR2 marca uma essencial participação na forma de catalogação existente até hoje, por se tratar de ferramenta fundamental para o bibliotecário exercer um tratamento

---

<sup>5</sup> A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos é a maior biblioteca dos Estados Unidos e a maior do mundo (segundo o Livro dos Recordes). Localizado na capital dos Estados Unidos, Washington, DC, a Biblioteca do Congresso possui mais de 130 milhões de itens diferentes, disponíveis em cerca de 480 idiomas.

técnico da informação de forma a agregar componentes que resultem na recuperação informacional de maneira consistente e proficiente e a sua inserção a nível nacional trata-se da seguinte forma:

Os trabalhos da tradução brasileira do “Anglo American Cataloguing Rules, 2<sup>nd</sup> ed” (AACR2), 1978, foram iniciados em fins de maio de 1980 por iniciativa e coordenação da Prof<sup>a</sup> Maria Luisa Monteiro da Silva. Com o seu falecimento foram paralisados os trabalhos, tendo sido retomados em agosto de 1981, então sob a coordenação da bibliotecária e professora Regina Carneiro. Nessa ocasião constituiu-se um Grupo de Trabalho formado pelas bibliotecárias: Marily Antonelli Graeber, Elsa Lima e Silva Maia, Giacomina Faldini, Leda O. de Freitas Gonçalves, Neyde Pedroso Póvoa, Rosaly Favero Krzyzanowski, Rosmarie Appy e Zenóbia P. S. de Moraes Bastos.

Como resultado do trabalho desse Grupo foi publicada a primeira edição da tradução brasileira do AACR2, em dois volumes, em 1983 e 1985. Com a intensa divulgação das normas da International Federation of Library Library Association (IFLA), e das International Standart Bibliographic Description (ISBD), já traduzidas para o português, aumentaram a procura e o uso do Código de Catalogação Anglo Americano que passou a ser adotado na maioria das bibliotecas brasileiras (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2004, p. 7).

Tratando-se de modernidade ao longo da história, a catalogação vem sofrendo mudanças significativas para o tratamento informacional tender a ficar com eficiência alta, contemplando o intercâmbio dos dados, foi desenvolvido o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC) tratando-se de:

[...] um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de bibliotecas através de programas de computador desenvolvidos especificamente para isto (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, [200-], não paginado).

A sua composição consiste, segundo a Pontifícia Universidade Católica ([200-], não paginado, grifo do autor) da seguinte maneira:

Um registro MARC é composto por três elementos: estrutura, indicação do conteúdo e conteúdo propriamente dito. **A estrutura do registro** é uma implementação dos padrões internacionais ANSI Z39.2 e ISO 2709. **As indicações de conteúdo** são códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os dados dentro do registro e permitir sua manipulação. **Os conteúdos** dos dados que compõe um registro MARC geralmente são definidos por padrões externos ao formato, como: International Standard Bibliographic Description (ISBD), Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2), Library of Congress Subject Headings (LCSH) ou outros códigos usados pela instituição criadora do registro.

Esse padrão de intercâmbio de dados bibliográficos ajuda de forma preponderante o catalogador para realização dessa atividade proporcionando praticidade e velocidade no processo de catalogação.

### **3 CATÁLOGO + CATALOGAÇÃO = TRATAMENTO TÉCNICO DA INFORMAÇÃO**

O trabalho dos bibliotecários em tornar mais acessível a informação a seu usuário, passa pelo processamento técnico que consiste na: coleta, registro, indexação, catalogação e classificação, diante dessas etapas a catalogação representa uma fase decisiva para que o material informacional seja bem descrito e que contenha o máximo de informações possíveis para que o usuário possa usufruir de uma forma considerável para o aumento do seu aprendizado acadêmico-científico.

O catálogo, que tem origem no grego KATA (de acordo com) e LOGOS (razão), significando um produto da lógica elaborado a partir do agrupamento de semelhanças, também faz parte dessa gama de opções para obtenção da informação com qualidade, haja vista a necessidade de unidades de informação possuir o mesmo para uma disseminação de informação. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 12) catálogo:

É um meio de comunicação, que vincula mensagens sobre registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos [...].

Para o usuário, um catálogo bem organizado e estruturado é de prezado valor, haja vista a gama de informações na qual o usuário pode consultar e, conseqüentemente, usá-las de uma forma adequada.

O catálogo deve trabalhar em perfeita harmonia com a catalogação, pois a mesma é o resultado final de um processamento técnico realizado por bibliotecários, que exige muito do conhecimento técnico da Biblioteconomia. Neste sentido, no quadro expresso a seguir, apresentamos alguns exemplos de tipificação de catálogos:

<b>Tipos De Catálogos</b>	Catálogos externos
	Catálogos internos
	Catálogos de autor (autoridade)
	Catálogos de assunto
	Catálogos de títulos

	Catálogo topográfico
	Catálogo <i>online</i>
	Catálogo de registro

**Quadro 1:** Modelos de catálogos

**Fonte:** Mey (1995, p. 70).

Segundo autores da literatura biblioteconômica, como Prado (1992, p. 39), a catalogação “é registrar tudo o que há na biblioteca, para que o leitor possa saber o que nela existe e qual a sua localização” e Campello (2006, p. 57) define como o processo de “descrição das características dos documentos que formam as coleções das bibliotecas e bases de dados”, e, contribuindo com essas definições Mey e Silveira (2009, p. 7) asseveram que, esse processo é:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Diante dos expostos a catalogação tem por objetivo, colocar mensagens contidas nos itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, as mensagens internas dos usuários, de forma a tornar esses itens acessíveis ao universo dos consulentes (MEY, 1987).

Dentre as funções da catalogação, conforme Mey (1987, p. 75, grifo nosso), estão:

- a) **Permitir ao usuário:**
  - 1. Localizar um item específico;
  - 2. Escolher entre as várias manifestações de um item;
  - 3. Escolher entre vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum;
  - 4. Expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna;
- b) **Permitir a um item encontrar seu usuário;**
- c) **Permitir a outra biblioteca:**
  - 1. Localizar um item específico;
  - 2. Saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio

As funções descritas acima são efetivadas segundo as características de “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência” (MEY, 1995, p. 7). Também existem outras funções agregadas à catalogação, mas as citadas são as que possuem uma maior abrangência no que diz respeito ao propósito da catalogação, que é a recuperação da informação da maneira mais proficiente possível. A primeira função da catalogação é o cadastro das obras do acervo (físico ou digital).

Será por esse cadastro que saberemos a constituição do acervo e quais livros poderão atender as necessidades dos usuários, partindo dos pressupostos da cinco Leis que

contemplam as atividades biblioteconômicas, como afirma Ranganathan (2009, p. 15, grifo nosso):

1. **Os livros são para serem usados** - o livro é um meio que impulsiona o conhecimento. E podemos observar a importância de uma biblioteca na seguinte frase: "quem tem informação, tem poder". Aponta para o livro como um meio e não como tendo um fim em si mesmo. Em relação as bibliotecas de nada adianta tê-las cheias de livros senão se dá o acesso a informação. Por isso, esta afirmativa de Ranganathan se perpetua até os dias de hoje.
2. **Todo leitor tem seu livro** - o bibliotecário deve fazer o estudo dos usuários, observando a clientela para preparar o acervo. Aponta para a seleção de acordo com o perfil do usuário.
3. **Todo livro tem seu leitor** - refere-se a disseminação da informação, em que se deve divulgar os livros existentes em cada biblioteca. Aponta para a importância da divulgação do livro, sua disseminação, antecipando a estética da recepção.
4. **Poupe o tempo do leitor** - a arrumação e catalogação dos documentos diminui o tempo necessário para encontrar a informação desejada. Aponta para o livre acesso às estantes, o serviço de referência e a simplificação dos processos técnicos.
5. **Uma biblioteca é um organismo em crescimento** - o bibliotecário deve controlar esse crescimento, verificando qual a informação que está sendo usada, através de estatísticas da consulta e empréstimo. Decorre da explosão bibliográfica que exige atualização das coleções e previsão do crescimento da área ocupada pela biblioteca.

Especialmente a quarta lei está ligada diretamente com a catalogação, pois, essa atividade elaborada de forma exitosa proporciona ao usuário rápido acesso a informação que está procurando, atendendo o mesmo de maneira proficiente e perpicaz.

#### **4 RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO = ATUALIDADE**

Diante do contexto do Século XXI, na qual estamos inseridos, o que passa pela produção incessante de variados tipologias de informações, distribuídos em todas as áreas do conhecimento e disponíveis na grande rede mundial de computadores, conhecida como internet.

Diante desse avanço tecnológico o trabalho técnico dos profissionais da informação, - mais especificamente do bibliotecário - desenvolve no seu ambiente profissional no que diz respeito ao tratamento descritivo da informação precisa ser realizada de maneira mais precisa possível para tornar a recuperabilidade do documento com maior índice de exatidão.

O RDA reflete uma mudança significativa no espaço de atuação dos bibliotecários, pois fornece uma amplitude mais completa e ao mesmo tempo simples para a realização da catalogação, conforme Simionato ([200-], slide 6) afirma:

RDA será um padrão novo para a descrição e alcançará sua função de ser projetado para o mundo digital. O RDA fornecerá: uma estrutura flexível para descrever todos os recursos – análogos e digitais; dados que são prontamente desenvolvidos às



estruturas novas e emergentes da base de dados; os dados que são compatíveis com a que existem em catálogos na linha da biblioteca.

Seguindo nessa perspectiva, o responsável pelo seu desenvolvimento e publicação está elencados a seguir:

O *Joint Steering Committee (JSC)* é seu editor. O JSC consiste em representantes de seis principais comunidades que trabalham com o AACR. Inclui-se a ALA (Associação Americana de Bibliotecas), o ACOC (Comitê Australiano em Catalogação), a BL (Biblioteca Britânica), o CCC (Comitê Canadense em Catalogação), o CILIP (Instituto dos profissionais da biblioteca e da informação), e a LC (Biblioteca do Congresso). O editor do JSC e do RDA é ajudado pela secretária do JSC e pelo gerente do projeto do RDA. Os responsáveis pela publicação do RDA consistem em três associações nacionais: a Associação Americana de Bibliotecas, a Associação Canadense de Bibliotecas e o Instituto de profissionais de Bibliotecas e da Informação. As três associações servem como editoras comuns dos trabalhos criados pela JSC (SIMIONATO, [200-], slides 6, 10).

Para entender com propriedade essa nova forma de catalogar, o RDA conforme Oliver (2011, p. 1):

É a nova norma de catalogação que substitui a AACR2. Apesar de manter uma forte relação com as AACR2, o RDA delas difere em muito, devido ser baseada numa estrutura teórica, ter sido projetada para o ambiente digital e seu escopo ser mais abrangente do que das AACR2 [...] consiste num conjunto de instruções práticas, que, no entanto [...] define a forma, a estrutura e conteúdo [...]. A chave para se compreender a RDA está em sua harmonização com dois modelos conceituais a saber, o *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* e o *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*. Os modelos FRBR e FRAD proporcionam uma base teórica e logicamente coerente para que sobre ela se construa uma prática de descobrimento de recursos que seja melhor para o usuário.

Para os bibliotecários, principalmente quem trabalha com mais ênfase no segmento da catalogação, o conhecimento e a aplicabilidade do RDA no contexto de atuação profissional se faz preponderante, haja vista, angariar atualização e melhor desempenho dessa função tecnicista biblioteconômica, e também visar na educação continuada, pois esse tema já tem sido abordado em provas de concursos públicos. O RDA apresenta como novos elementos que antes o AACR2 não cobria como: características do arquivo, formato de vídeo, informação sobre custódia (recursos arquivísticos), características de braile, URLs, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras), línguas das pessoas, etc” (MODESTO, 2010, slide 10).

Oliver (2011, p. 3) assevera que:

O RDA pode ser utilizada para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não-tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca. Uma característica importante está na forma como foi projetada para proporcionar uma

estrutura coerente, flexível e extensível tanto para a descrição técnica quanto de conteúdo de todos os tipos de recursos e todos os tipos de conteúdos.

Destarte, para a comunidade bibliotecária que trabalho a catalogação com prioridade, a RDA vem assinalar uma mudança preponderante em virtude de ser uma norma direcionada para utilização dessa ferramenta no ambiente tecnológico (OLIVER, 2011).

As suas vantagens são inúmeras perante os recursos disponíveis, diante da gama de possibilidades para elaboração de um processamento técnico eficaz, como assevera Alvarenga ([200-], não paginado, grifo do autor):

O RDA promoverá o avanço das bibliotecas na era digital, provendo instruções para a catalogação, tanto dos recursos digitais como dos tradicionais. Desenvolve-se a partir dos pontos positivos do CCAA2, focaliza as necessidades dos usuários para facilmente: **encontrar, identificar, selecionar e obter** os materiais de que eles necessitam, e suportar o compartilhamento de metadados entre diferentes comunidades de metadados e novos usos de registros bibliográficos em serviços online.

Tratando-se de uma visualização na forma estrutural que está disponibilizado, o quadro a seguir reflete a sumarização do RDA.

Seções	Descrição das Seções
Seção 1	Registro de atributos de manifestação e item
Seção 2	Registro de atributos de obra e expressão
Seção 3	Registro de atributos de pessoa física, família e pessoa jurídica
Seção 4	Registro de atributos de conceitos, objeto, acontecimento e lugar
Seção 5	Registro de relações primárias
Seção 6	Registro de relações com pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas relativas a um recurso
Seção 7	Registro do assunto de uma obra
Seção 8	Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens
Seção 9	Registro das relações entre pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas
Seção 10	Registro das relações entre conceitos, objetos, acontecimento e lugares

**Quadro 2:** Sumário do RDA

**Fonte:** Oliver (2011, p. 17)

Para entender melhor essas categorias, os subcapítulos a seguir mostram os componentes que explicam essas seções, que são os modelos conceituais FRBR e FRAD, que (os quais estão intrínsecos) no RDA.

#### 4.1 REQUISITOS FUNCIONAIS DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS = FUNCTIONAL REQUERIMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS (FRBR)

A catalogação, desde os seus primórdios, reflete diretamente no trabalho exercido de maneira técnica pelo bibliotecário, no intuito de alcançar a melhor representação da informação, ou seja, “[...] esse processo de evolução tem contribuído especialmente com a universalização de catálogos para um melhor intercâmbio de informações entre as bibliotecas, economizando o tempo da instituição e, principalmente, do bibliotecário” (TOLENTINO et al, 2011, não paginado).

Ao longo de oito anos, o grupo de estudos oriundo da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), com a colaboração de consultores e de voluntários de várias nacionalidades, desenvolveu os FRBR, apresentando um relatório final em 1998, configurando uma recomendação para reestruturar os registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação (MORENO; ARELLANO, 2005; MORENO 2006).

Diante desse cenário, Silveira (2007, p. 58) comenta que os FRBR são:

Um modelo conceitual do tipo de entidade-relacionamento (E-R) porque representam e descrevem simplificadamente o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas.

Levando em conta a diversidade, Moreno e Arellano (2005, p. 22-23, grifo nosso) asseveram que o FRBR está centrada em seu cerne:

- **Usuários** - usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores;
- **Materiais** - textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;
- **Suporte físico** - papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, etc.;
- **Formatos** - livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro possa conter.

A sua proposta está direcionada em dois segmentos que consiste em:

Primeiro, fornecer uma estrutura claramente definida e estruturada para relacionar dados registrados em registros bibliográficos. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 1998, p. 7, tradução nossa).

No primeiro objetivo, percebe-se a intenção da proposta inovadora dos FRBR: catálogos em linha, baseados no modelo que possam mostrar as relações bibliográficas mais claramente, de maneira útil ao usuário, no qual ele possa navegar em "espaços" de informações complexos, através das relações, de forma que as informações nos registros, recuperadas através da expressão de busca do usuário, reflita um apropriado "rol" de registros (BEACOM, 2003).

Os FRBR estão divididos em dez (10) entidades que estão direcionadas em três (3) grupos dispostos no quadro expresso a seguir:

Grupos	Entidades	Descrição
<b>Grupo 1</b>	Obra, Expressão, Manifestação e Item	Entidades que representam os produtos de trabalho intelectual ou artístico.
<b>Grupo 2</b>	Pessoa e Entidade Coletiva	Entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção e disseminação.
<b>Grupo 3</b>	Conceito, Objeto, Evento e Lugar	Entidades que representam os assuntos de uma obra.

**Quadro 3:** Divisão dos FRBR

Fonte: Moreno (2009, p. 48)

Para ter um melhor entendimento o quadro expresso demonstra esses grupos e entidades retratados no formato MARC.

Campos do MARC	Descrição da Obra	Entidades FRBR
020	\$a 0521361834	Identificador de manifestação
100 1	\$a Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, \$c Baron de La Brède et de, \$d 1689-1755	Pessoa física 'criado por' relação com a obra
240	10 \$a De l'espirit dès lois. \$l English	\$a = obra \$l = expressão
245	14 \$a The spirit of the laws / \$c Montesquieu ; translated and edited by Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone.	Manifestação
260	\$a Cambridge ; \$a New York : \$b Cambridge University Press, \$c 1999.	Manifestação
300	\$a xvii, 757 p. : \$b Il. ; \$c 22 cm.	Manifestação
500	\$a Tradução de: De l'espirit dès lois.	Manifestação
650 0	\$a Ciência política	Conceito Relação 'de assunto' com a obra
650 0	\$a Estado, O	
650 0	\$a Direito \$x Filosofia	
700 1	\$a Cohler, Anne M.	Pessoa Física Relação de 'realizado por' com esta expressão
700 1	\$a Miller, Basia Carolyn	
700 1	\$a Stone, Harold Samuel,  d 1949	

**Quadro 4:** Identificação da entidades e relações num registro MARC

**Fonte:** Oliver (2011, p. 35).

Além dos grupos apresentados, existe um conjunto adicional de entidades menos exploradas nos FRBR: agregadas e componentes. Entre outros pontos que poderiam ser aqui elencados, destacamos que o modelo trouxe inúmeras mudanças, promovendo, de acordo com Moreno (2009, p. 54-55):

- um melhor entendimento dos relacionamentos entre os recursos de informação registrados, privilegiando o conteúdo, isto é, por repensar o objeto bibliográfico (agora recurso de informação), dotado de quatro dimensões, relacionado com o universo que o cerca;
- um olhar diferenciado sobre os diversos responsáveis pelo recurso de informação, aferindo o mesmo status a intérpretes, autores, tradutores, executores, etc.;
- o desenvolvimento de outros modelos a partir do know-how adquirido, como extensões do FRBR, ao modelar registros de autoridade (FRAD) e assuntos (FRSAD) – [Requisitos Funcionais Para Dados de Autoridade de Assuntos], fornecendo fundamentos conceituais para área;
- um movimento intenso de saudáveis discussões na área de organização e representação, levando à revisão de regras, padrões e modelos (AACR/RDA, ISBDs) [Código Anglo Americano de Catalogação/Recurso, Descrição e Acesso, Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional] variadas/ISBD consolidada, MARC);
- uma aproximação com diversas comunidades: na área de tecnologia, por ser baseado em um assentado modelo computacional, e na área de museus com a harmonização para o FRBR;
- e, finalmente, podemos afirmar que o modelo proporcionou uma tomada de consciência de um fato que é constantemente difundido e pouco praticado, qual seja, de que as diversas formas de organização da informação devem servir ao usuário.

Esses requisitos na ambiência catalográfica referem-se atualmente como condições necessárias para, além do cadastro das obras, alcançar a recuperação da informação de forma íntegra, ou seja, abrangendo os moldes para obtenção da qualidade informacional no ambiente das bibliotecas e unidades organizacionais.

#### 4.2 REQUISITOS FUNCIONAIS DE DADOS DE AUTORIDADE = FUNCTIONAL REQUERIMENTS FOR AUTHORITY DATA (FRAD)

Outro modelo que está atrelado ao RDA são os Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade (FRAD), que se configuram como ampliação dos FRBR, incluindo todas as entidades adicionais específicas do controle de autoridade, a saber, segundo Oliver (2011, p. 30): “nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência”. A navegação perante a recuperação da informação se dá de maneira delineada, pois, alcançam o controle de autoridade existente nos moldes da catalogação.

Nessa perspectiva, conforme Modesto (2010, slide 2) aduz que os FRAD “identificam as relações que uma obra pode ter com seu criador, assim como as relações quaisquer traduções, interpretações, adaptações ou formatos físicos dessa mesma obra”, congrega todos os tipos de autoridades (inclusive entidades de assuntos) inclusive para dados de nomes (de pessoas, de famílias, de instituições e geográficos) (MODESTO, 2010).

Os FRAD explicitam as tarefas de: “**encontrar** entidade(s) bibliográfica(s), **identificar** entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso, **situar** uma pessoa, entidade, obra em determinado contexto, nome pela qual é conhecida e **justificar** a fonte para ponto de acesso, a razão de escolha de entrada” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 164, grifo nosso), ou seja, comportam elementos em virtude da obtenção informacional exitosa diante do aspecto autoridade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que foi exposto podemos verificar nesse contexto biblioteconômico caracterizado pelo novo padrão de catalogação, o RDA comporta com propriedade todas as facetas relacionadas a essa atividade técnica de catalogação que é de suma importância para o bibliotecário.

O tratamento da informação compreende a indexação e a descrição da forma e do conteúdo do documento. Embora operacionalmente diferentes ambas as formas, são dependentes uma da outra, pois, demanda do bibliotecário esforço mental, principalmente na abrangência do teor do documento.

Ser bibliotecário no mundo atual não é tarefa fácil e requer do profissional atitude pró-ativa e de educação continuada. Afinal, na atualidade, todas as profissões passam por desafios, descobertas e evoluções.

Findando, o presente trabalho refletiu uma pequena parcela do considerável universo em termos de bibliografia a respeito do assunto em pauta, indicando estudos que visem ampliar o *corpus* teórico da área, contribuindo para uma formação discente, profissional e intelectual mais consistente.

A mudança do AACR2 para o RDA se constitui de um processo gradativo, aonde é preciso primeiramente a consolidação desse novo molde de catalogação que é aplicável aos recursos de muitos tipos de suportes, assim como é adequado aos recursos tanto digitais quanto analógicos e totalmente adaptado as tecnologias da informação, para depois as

unidades de informação comecem a trabalhar nesse novo aspecto técnico de tratamento da informação.

Os modelos conceituais FRBR e FRAD compõem importantes auxiliares do RDA em virtude da catalogação alcançar a recuperação da informação de forma integrada, ocasionando consistência e qualidade na obtenção informacional. As tecnologias estão presentes nesse contexto como ferramentas potenciais na catalogação, o MARC aparece como importante contribuição em tratando-se como formato de ordenação dos registros bibliográficos para intercâmbio de dados auxiliando na formação do catálogo *on-line* e auxiliando o bibliotecário no seu trabalho técnico melhorar preponderantemente.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. **RDA: o código de catalogação para o Século XXI**. Belo Horizonte, [200-]. Disponível em: < <http://www.rda-jsc.org/docs/rdabrochure-por.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Mission & History**. Chicago, [200-]. Disponível em: < <http://www.ala.org/aboutala/missionhistory>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BEACOM, Matthew. **The once & future catalog: the FRBR model, users and catalogs**. New Ynrk: Future, 2003. Disponível em:  
<<http://www.library.yale.edu/~mbeacom/talk/Once%20and%20Future%20Catalog2.ppt>>  
Acesso em: 11 fev. 2012.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

IFLA. **Records. Functional requirements for bibliographic records: final report**. Munich: Saur, 1998. (IFLA UBCIM publications new series; v. 19). Disponível em:  
<[www.ifla.org/VII/s13/frbr](http://www.ifla.org/VII/s13/frbr)>. Acesso em: 5 fev. 2012.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (Trad.). **Código Anglo Americano de Catalogação**. 2. ed. São Paulo, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBRARY OF CONGRESS. **History**. Washington, [200-]. Disponível em: < <http://www.loc.gov/about/history.html>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

\_\_\_\_\_. **Catalogação e descrição**: contribuições a uma teoria. Brasília, DF: Associação dos bibliotecários do Distrito Federal. 1987.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MODESTO, Fernando. **AACR2 x RDA**: novo cenário na catalogação? São Paulo, 2010. 69 slides: color. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Modesto/2010-rd-aexemplos>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais Para Registros Bibliográficos (FRBR)**: um estudo no catálogo na Rede Bibliodata. 2006. Brasília, DF. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.enancib.ppgci.ufba.br/premio/UnB\\_Moreno.pdf](http://www.enancib.ppgci.ufba.br/premio/UnB_Moreno.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. O Modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Encotros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 47-68, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11498>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Angel Márdero. Requisitos Funcionais para Registro Bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8645>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. Tradução de: *Introducing RDA: a guide to the basics*.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA (Rio de Janeiro). **MARC 21**. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <<http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/conteudo.html>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

PRADO, Heloisa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.



SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. 2007. 110 f. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Católica de Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: < [http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=343](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=343)>. Acesso em: 5 fev. 2012.

SIMIONATO, Ana Carolina. **RDA: meios para acesso e descrição**. São Paulo, [200-]. 50 slides: color. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/renatafl/rda-314087>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

TOLENTINO, Vinícius de Souza et al. Frbrizando a obra de Macunaíma: uma análise da família da obra. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 34. Manaus. **Anais...** Manaus, 2011.